

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.449 - RJ (2018/0281040-7)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MILAGRE DAS CORES COMERCIO DE TINTAS LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO SENDER - RJ033267
MÔNICA SENDER - RJ055404
RAFAEL HÉLIO BALACIANO E OUTRO(S) - RJ156838
AGRAVADO : PRS XVI INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : ARMANDO MICELI FILHO - RJ048237
LUCIANA DA SILVA FREITAS E OUTRO(S) - RJ095337
CAMILA NASCIMENTO OLIVEIRA - MG162862

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. DÍVIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

MILAGRE DAS CORES COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (MILAGRE DAS CORES) promoveu contra PRS XVI INCORPORADORA LTDA (PRS XVI), ação monitória alegando ser credora de crédito decorrente de serviços de pintura prestados e não pagos.

O pedido foi julgado procedente (e-STJ, fls. 170/172).

Interposta apelação por PRS XVI, o Tribunal de origem deu-lhe provimento, reformando-se a sentença para acolher os embargos monitórios opostos e julgar improcedente o pedido monitório. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. MONITÓRIA. AÇÃO PROPOSTA SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS PRESTADOS. FEITO INSTRUÍDO COM NOTA FISCAL DE COMPRA E VENDA, SEM COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. DUPLICATA MERCANTIL DESPROVIDA DE ACEITE E PROTESTADA, SEM IMPUGNAÇÃO. ELEMENTOS HÁBEIS À ADMISSÃO DO PROCEDIMENTO INJUNCIONAL, MAS NÃO GARANTIDORES DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PROTESTO EFETIVADO SEM A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO QUE DEU ORIGEM À CAMBIAL, CONFORME PREVISTO NO ART. 978, §12, DA CONSOLIDAÇÃO

NORMATIVA DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO PRESTADA PELA AUTORA, JUNTO AO TABELIONATO, AFIRMANDO POSSUIR AS REFERIDAS PROVAS E QUE AS EXIBIRIA QUANDO NECESSÁRIO. PEÇAS NÃO APRESENTADAS DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

DOCUMENTOS PRODUZIDOS UNILATERALMENTE PELA AUTORA, APÓCRIFOS, SEM INDÍCIO MÍNIMO DA EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA INDICADA NOS AUTOS E DO CRÉDITO RECLAMADO. REFORMA DA SENTENÇA PARA ACOLHER OS EMBARGOS MONITÓRIOS E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fl. 252).

Os embargos de declaração opostos por MILAGRE DAS CORES foram rejeitados (e-STJ, fls. 271/274).

Inconformada, MILAGRE DAS CORES interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 700, I do NCPC alegando, em síntese, que a relação jurídica entre as partes fora devidamente demonstrada, não havendo dúvida acerca da prestação dos serviços, bem como a entrega das mercadorias.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 392/400).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que a recorrente MILAGRE DAS CORES não comprovou a existência da dívida, não existindo provas suficientes do direito reclamado. Confirma-se o aresto recorrido:

Como não cumpriu seu mister; como não há provas da alegada prestação do serviço de pintura ou da entrega das mercadorias lançadas na Nota Fiscal; como a duplicata não contém aceite e, por fim, considerando a forma como foi realizado o protesto (sem a apresentação do comprovante de entrega de mercadorias ou da prestação de serviço), forçoso concluir que a autora não comprovou a existência da dívida, da relação jurídica descrita na inicial, sendo certo que as provas apresentadas não são suficientes para confirmar o direito ao crédito reclamado.

Assim, os documentos produzidos unilateralmente pela autora, apócrifos, sem indício mínimo da existência da relação jurídica indicada nos autos, não podem levar à procedência do pedido (e-STJ, fl. 258 - sem destaque no original).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE NOTEBOOKS ENTRE EMPRESAS NA CADEIA DE PRODUÇÃO. DEMANDA MONITÓRIA. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INOCORRÊNCIA. REUNIÃO DOS REQUISITOS. COMPROVAÇÃO DA DÍVIDA E DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MERCADORIA NO TERMINAL DE CARGAS INDICADO COMO LOCAL DA ENTREGA. CONCLUSÃO SENTENCIAL PELA AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO. DECISÃO MANTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ENUNCIADOS DE SÚMULA 5 E 7/STJ. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA. ACERTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido - no ponto em que o acórdão deveria ter reconhecido que a dívida foi comprovada de plano, na propositura da demanda monitória, por documento sem força executiva, mas hábil à admissão do feito - exigiria o revolvimento e a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v. acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos dos enunciados de Súmula 5 e 7 do STJ.

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da

pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica.

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1153164/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. em 27/11/2018, DJe 03/12/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de MILAGRE DAS CORES, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator